

**Inquérito Civil n. 06.2016.00007842-9**

**TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por seu Órgão de Execução com atribuições na 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Araranguá, no exercício de suas atribuições na defesa do meio ambiente, doravante denominado **COMPROMITENTE** e, de outro lado, **Auto Posto Petrosimon**, CNPJ n. 83.596.775/0001-07, situado na Rodovia BR 101 s/n., Km 401, Bairro Vila Beatriz, Maracajá-SC, neste ato representada por sua sócia administradora **Valentina Junckes Simon**, brasileira, inscrita no CPF n. 288.793.339-68, portador do R.G. 183.969, residente na Rodovia BR 101 n. 405, Km 401, Bairro Vila Beatriz, Maracajá-SC, doravante denominado de **COMPROMISSÁRIO**, nos autos do Inquérito Civil Público n. 06.2016.00007842-9, a teor do disposto no art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/1985, e do art. 89 da Lei Complementar Estadual n. 197/2000, e

**CONSIDERANDO** que ao Ministério Público foi dada legitimação ativa para a defesa judicial e extrajudicial dos interesses sociais individuais indisponíveis, mormente os interesses coletivos (artigos 127 e 129, II e III, da Constituição Federal)<sup>1</sup>;

**CONSIDERANDO** que, segundo o artigo 225 da Constituição da República: *"todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações"*;

**CONSIDERANDO** a função socioambiental da propriedade prevista nos artigos. 5º, XXIII; 170, VI, 182, § 2º; 186, II e 225 todos da Constituição da República, e os princípios gerais de direito ambiental da prevenção, da precaução, do poluidor pagador, do direito à sadia qualidade de vida e da obrigatoriedade da intervenção do Poder Público;

<sup>1</sup> BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

**CONSIDERANDO** o objetivo maior da Política Nacional do Meio Ambiente, que é compatibilizar o desenvolvimento socioeconômico com o equilíbrio ambiental essencial à sadia qualidade de vida;

**CONSIDERANDO** que a Lei n. 12.305/10 instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, dispondo sobre seus princípios, objetivos e instrumentos, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis;

**CONSIDERANDO** que o artigo 47, inciso II, da referida lei determina que é proibido, dentre as formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos, o lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;

**CONSIDERANDO**, ainda, que o art. 243 do Código Ambiental do Estado de Santa Catarina, afirma ser *"proibido depositar, dispor, descarregar, enterrar, infiltrar ou acumular no solo resíduos, em qualquer estado da matéria, que causem degradação da qualidade ambiental"*;

**CONSIDERANDO**, da mesma forma, o art. 244 do Código Ambiental Catarinense determina que *"o solo somente pode ser utilizado para destino final de resíduos de qualquer natureza, desde que sua disposição seja devidamente autorizada pelo órgão ambiental, ficando vedados a simples descarga ou depósito, seja em propriedade pública ou particular"*;

**CONSIDERANDO**, por fim, conforme consta no inquérito civil em epígrafe, que no imóvel situado na Rodovia BR 101 s/n., Km 401, Bairro Vila Beatriz, Maracajá, de propriedade da empresa Auto Posto Petrosimon Ltda., foi constatada a disposição de resíduos sólidos diversos no terreno e o aterramento às margens de um curso d'água;

## **RESOLVEM**

Celebrar o presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, mediante as cláusulas a seguir delineadas:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA:**

O COMPROMISSÁRIO, no prazo de 30 (trinta) dias, a partir desta data, deverá providenciar a retirada de todos os resíduos depositados de forma irregular no imóvel situado na Rodovia BR 101 s/n., Km 401, Bairro Vila Beatriz, Maracajá, de propriedade da empresa Auto Posto Petrosimon Ltda, removendo para aterro licenciado de acordo com a classificação dos resíduos.

### **CLÁUSULA SEGUNDA:**

O COMPROMISSÁRIO deverá apresentar nesta Promotoria de Justiça, imediatamente após encaminhar os resíduos para o aterro licenciado, cópia do contrato ou documento semelhante, capaz de comprovar que os resíduos foram depositados em local adequado, bem como enviar relatório fotográfico de toda a área do imóvel para comprovar a limpeza dos resíduos.

### **CLÁUSULA TERCEIRA:**

O COMPROMISSÁRIO, após avaliação e aprovação do PRAD das fls. 70-95 pela FATMA, deverá iniciar a implantação do projeto referido no prazo de 30 (trinta) dias, visando a recuperação da área degradada.

### **CLÁUSULA QUARTA:**

A título de medida de compensação indenizatória, o COMPROMISSÁRIO obriga-se ao pagamento do valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), que será revertido em favor do Fundo para Reconstituição de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina, por meio de boletos a serem emitidos por este órgão de execução, como forma de compensar o dano ambiental causado.

4.1 A quantia poderá ser adimplida em até oito parcelas de R\$ 1.000,00 (um mil reais), mediante a quitação de boletos a serem retirados nesta Promotoria de Justiça, com vencimento da primeira parcela no mês de fevereiro de

2019 e as demais nos meses subsequentes.

### **CLÁUSULA QUINTA:**

Em caso de descumprimento das cláusulas deste compromisso, o COMPROMISSÁRIO pagará multa diária de R\$ 1.000,00 (mil reais), cujo *quantum* deverá ser devidamente atualizado pelo índice oficial da Corregedoria-Geral da Justiça, desde o dia de cada prática até o efetivo desembolso, conforme boleto bancário a ser expedido por esta Promotoria de Justiça em momento oportuno.

5.1 A multa deverá ser revertida em favor do Fundo para Reconstituição de Bens Lesados, conforme previsto no art. 13 da Lei n. 7.347/85.

5.2 O valor da multa não exime o COMPROMISSÁRIO de dar andamento à execução da obrigação inadimplida;

5.3 O descumprimento das obrigações assumidas neste Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, exceto por motivos de força maior ou caso fortuito formal e devidamente justificados pelo COMPROMISSÁRIO, poderá ensejar, além da incidência e cobrança da multa respectiva, a adoção das medidas administrativas e judiciais pertinentes.

### **CLÁUSULA SEXTA:**

No caso de inadimplemento da multa prevista na Cláusula 5ª ou da multa decorrente do descumprimento das obrigações assumidas (Cláusula 3ª), será admitido o protesto das obrigações firmadas e inadimplidas pelo Compromissário, conforme disposição do art. 32, § 2º, do Ato n. 395/2018/PGJ;

### **CLÁUSULA SÉTIMA:**

O COMPROMITENTE compromete-se a não adotar qualquer medida coletiva ou individual, de cunho civil e penal, contra o COMPROMISSÁRIO,

no que diz respeito aos itens supra-acordados, caso o ajustamento de conduta seja devidamente cumprido. Por outro lado, em caso de descumprimento de alguma condição, ficará facultado ao Ministério Público requerer a imediata execução judicial para pagamento de quantia certa (em relação à multa cominatória), bem como a execução dos compromissos assumidos;

7.1 Para a execução da referida multa e tomada das medidas legais pertinentes será necessária, tão somente, a constatação do descumprimento de qualquer uma das obrigações estabelecidas, por meio do Ministério Público, assim como representação/comunicação dos órgãos ambientais competentes, desde que comprovada documentalmente;

#### **CLÁUSULA OITAVA:**

Fica eleito o foro da Comarca de Araranguá/SC para a solução de quaisquer litígios decorrentes do presente acordo.

Assim, por acharem justo e acertado, firmam as partes o presente Termo de Compromisso, em 3 (três) vias originais de igual teor, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 6º da Lei n. 7.347/85.

Araranguá/SC, 7 de novembro de 2018.

MARIA CLAUDIA TREMEL DE FARIA  
PROMOTORA DE JUSTIÇA

AUTO POSTO PETROSIMON  
Representado por Valentina  
Junckes Simon  
Compromissário

Roberto Alves da Silva  
OAB/SC 16.922